

## Gestão de negócios com foco em finanças

Business management focused on finances

Gestión empresarial enfocada en las finanzas

Recebido: 22/03/2022 | Revisado: 28/03/2022 | Aceito: 18/04/2022 | Publicado: 19/04/2022

**Francisca Larice Costa Moura**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9469-7782>  
Faculdade Ibra, Brasil  
Larice\_matos1@hotmail.com

### Resumo

A ênfase do estudo aqui apresentado é a gestão de negócios com foco em finanças, onde se apresenta conteúdos relacionados em questão, embasados na grade curricular apresentada pelo curso de MBA em Finanças e Controladoria. Além dos conhecimentos relevantes adquiridos por meio de uma pesquisa do tema, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e complementado com as opiniões apresentadas ao longo do estudo, por meio de um texto dissertativo-expositivo, considerando autores como (Cavalcanti, Dewey, Hora, Longenecker, Luck e, Rodrigues) entre outros de igual relevância. Considera-se o estudo apresentado de grande importância, pois o conhecimento adquirido irá auxiliar o autor do artigo e o leitor a acelerar e otimizar o desempenho (nos negócios, com ênfase na parte financeira dos mesmos, habilidades essenciais para a realização de um diagnóstico assertivo e para tomadas de decisões, ponto rotineiro para o profissional. Por meio de uma contextualização e da pesquisa bibliográfica, o trabalho busca apresentar a gestão de diferentes negócios e o ambiente em que estão inseridos no Brasil, de acordo com o manual apresentado e as normas exigidas.

**Palavras-chave:** Ensino; Gestão de negócios; Finanças; Democracia; Grandes empresas; Pequenas empresas.

### Abstract

The emphasis of the study presented here is business management focused on finance, where it presents related contents in question, based on the curriculum presented by the MBA course in Finance and Controllorship. In addition to the relevant knowledge acquired through a research of the theme, a bibliographical research was carried out and complemented with the opinions presented throughout the study, through a dissertation-expositive text, considering authors such (Cavalcanti, Dewey, Hora, Longenecker, Luck e, Rodrigues), among others of equal relevance. The study presented is considered of great importance, because the knowledge acquired will help the author of the article and the reader to accelerate and optimize the performance in the business, with emphasis on the financial part of them, essential skills for the realization of an assertive diagnosis and for decision making, a routine point for the professional. Through a contextualization and bibliographic research, the work seeks to present the management of different businesses and the environment in which they are inserted in Brazil, according to the manual presented and the required standards.

**Keywords:** Teaching; Business management; Finance; Democracy; Big companies.; Small businesses.

### Resumen

El énfasis del estudio que aquí se presenta es la gestión empresarial centrada en las finanzas, donde presenta contenidos relacionados en cuestión, basados en el plan de estudios presentado por el curso de MBA en Finanzas y Contraloría. Además de los conocimientos relevantes adquiridos a través de una investigación sobre el tema, se realizó una investigación bibliográfica y se complementó con las opiniones presentadas a lo largo del estudio, a través de un texto dissertativo-expositivo, considerando autores como (Cavalcanti, Dewey, Hora, Longenecker, Luck e, Rodrigues), entre otros de igual relevancia. El estudio presentado se considera de gran importancia, pues los conocimientos adquiridos ayudarán al autor del artículo y al lector a acelerar y optimizar el desempeño en el negocio, con énfasis en la parte financiera de los mismos, habilidades esenciales para la realización de un diagnóstico asertivo y para la toma de decisiones, un punto rutinario para el profesional. A través de una contextualización e investigación bibliográfica, el trabajo busca presentar la gestión de diferentes negocios y el entorno en el que se insertan en Brasil, de acuerdo con el manual presentado y los estándares requeridos.

**Palabras clave:** Enseñanza; Gestión empresarial; Finanzas; Democracia; Grandes empresas; Pequeñas empresas.

## 1. Introdução

O presente artigo tem como tema a gestão de negócios com foco em finanças, enfatizando não apenas o foco em empresas, mas o contexto, onde negócios são viáveis, por variáveis de acordo com a sociedade em que as instituições estão inseridas.

Levando em consideração as áreas que envolvem finanças e controladoria, como contabilidade, gestão de custos, economia empresarial, auditoria interna, entre outros, pode-se entender que a gestão de negócios com foco em finanças é ponto crucial para a economia e o capitalista, pois o entendimento do modo como a gestão acontece, permite o desenvolvimento estrutural da sociedade como um todo (Caroline, 2019).

Em suas aulas, Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), fez uma análise do agir humano que marcou decididamente o modo de pensar da época. Esse filósofo ensinava que todo conhecimento e todo trabalho visam algum bem. O bem sendo a finalidade de toda ação. Sendo assim, toda busca por conhecimento, buscando sanar certas ignorâncias sobre determinados assuntos, é feita pelo bem da obtenção de conhecimentos amplos e novas perspectivas.

O artigo em questão pretende contextualizar a gestão de negócios com foco em finanças e apresentar detalhes sobre o desenvolvimento dela. Por meio de uma revisão narrativa de literatura, citando autores da área administrativa e autores de áreas essenciais que complementam a administração, entre outros de igual relevância, o problema da falta de conhecimento acerca da gestão de negócios em especialização em finanças visa ser relativamente sanado.

O objetivo principal do trabalho apresentado no desenvolvimento a seguir, é falar sobre a gestão de negócios com seu foco em finanças, dissertando especificamente acerca de temáticas norteadoras da economia, como: sociedade e formação de grupos; o estudo de finanças e controladoria; democracia; gestão de negócios; tipos de empresa; e o foco em finanças em um país em desenvolvimento; todos apresentados em curtos capítulos, devidamente embasados.

## 2. Metodologia

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa que foi entender e que contexto onde a gestão de negócios é viável e como objetivo específico descrever onde a sociedade e instituições estão inseridas neste meio. Para isso, utilizou-se como recurso metodológico a revisão narrativa de literatura, realizada a partir de materiais de pesquisa adquiridos na internet e em livros, da mesma forma que os expostos ao aluno pelo curso. Ou seja, para compor esse artigo foi utilizada a revisão narrativa de literatura, a qual segundo Andrade (2021) inclui diferentes tipos de fontes tais como livros e artigos científicos e esse tipo de revisão se propõe a responder um problema de pesquisa de forma ampla, mas sem seguir critérios rígidos de inclusão e exclusão. Dessa forma, significa dizer que os critérios baseiam-se na conveniência dos autores do artigo, mas se utilizando do que se encontrava no google acadêmico e livros disponíveis à autora, utilizando-se os descritores: gestão de negócios *and* finanças. Sendo assim também é importante mencionar que a análise do material utilizado foi feita de maneira qualitativa de modo a conseguir aprofundar mais a discussão com as idéias dos autores e sem uso de dados estatísticos. Neste contexto, a questão principal norteadora da gestão de negócios em finanças, levando em consideração o país em desenvolvimento, foi realizada pela dissertação de um texto expositivo-argumentativo, baseado nos cernes da questão apresentada e nos conhecimentos adquiridos durante os estudos.

## 3. Gestão de negócios

Sendo fundamental em todo tipo de empresa, a área de gestão de negócios possibilita ao profissional formado nela a atuação em diversas áreas, seja no setor público ou no privado, em diversos tipos de cargo (Castro, 2020). E a demanda para o

profissional formado nessa área tem aumentado a cada ano, de acordo com as necessidades do mercado, fazendo com que essa profissão seja cada vez mais valorizada (Giardelli, 2013).

Entre as áreas de atuação que um profissional formado em gestão de negócios pode atuar, temos: comércio; agências financeiras; operações de projetos; vendas; instituições de ensino; hospitais; negócios imobiliários; consultorias; setor automobilístico; entre muitos outros (Longenecker, 1997). Além disso, o mesmo autor anteriormente citado nos informa os diversos cargos possíveis para o profissional da área atuar, tais como: analista financeiro; analista de investimento; analista de mercado financeiro; analista de recursos financeiros; assistente financeiro; gerente de contas; orçamentista; supervisor de operações financeiras, entre diversos outros cargos.

A teoria e a prática são características complementares quando se fala da formação de um profissional em qualquer área, mas também, é necessário deixar claro que a atualidade de uma profissão não é todo o escopo necessário para entendê-la e exercê-la (Luck et al., 2005). A história e o conhecimento por trás de seus estudos, é tão importante quanto às atualidades do mercado de trabalho preferível.

Não se pode construir qualquer conhecimento a partir do aparente, pois não se captam as determinações que são constitutivas do objeto. Ao contrário, é preciso rastrear a evolução dos fenômenos, pois estão em sua gênese e em seu movimento as explicações para sua aparência atual. (Vygotsky, 1934)

Lev Vygotsky morreu aos 37 anos sem concluir sua obra, mas deixando princípios norteadores amplamente estudados em diversos campos. Entre eles o princípio que nos mostra ser preciso rastrear a evolução dos fenômenos para construir conhecimento. Princípio esse onde vemos contexto histórico das coisas afim de melhor entendimento da economia.

Reformulando, contextualização de diversos assuntos para enfim chegar ao cerne da questão que se estuda, é essencial para a completa compreensão do tema, pois é necessário, de acordo com um dos princípios de Lev Vygotsky, entender os acontecimentos que levaram algo a acontecer para que se possa compreender sua complexidade. Quando se pensa na gestão de negócios isso é ponto chave para as finanças, pois a sociedade em que algo está inserido pode ditar seu valor e desenvolvimento.

### **3.1 Sociedade e formação de grupos**

Em Sociologia, um grupo é um sistema de relações sociais, de interações recorrentes entre pessoas, que talvez compartilhem certas características, interajam entre si, aceitam direitos e obrigações e compartilham uma identidade comum entre si (Pasqualini et al., 2021). Assim, os autores continuam nos apontando que quando se fala de formação de grupos, não é necessário analisar somente a parte cultural do homem como ser social, mas sua visão voltada para o ambiente de trabalho e a formação de grupos nesses ambientes específicos se dá por fatores diversos e pelos trabalhos realizados nas mais diversas instituições e meios.

O grupo surgiu pela necessidade de o homem viver em contato com outros homens (Costa, 2002). Nesta relação entre um indivíduo e outro surgem aspectos importantes à gestão, como comunicação, liderança, normas, integração, entre outros. Quando se fala de formação de grupo, deve-se dissertar acerca das relações interpessoais.

As relações interpessoais tiveram como um de seus primeiros pesquisadores o psicólogo Kurt Lewin. Ao se referir a uma das pesquisas realizadas por esse psicólogo, Mailhiot (1976), afirma que ele chegou à constatação de que “a produtividade de um grupo e sua eficiência estão estritamente relacionados não somente com a competência de seus membros, mas, sobretudo com a solidariedade de suas relações interpessoais”.

Outro psicólogo, Schutz (2019), trata de uma teoria acerca de necessidades interpessoais, a necessidade de ser aceito pelo grupo social, de adquirir responsabilidade pela existência e cuidado do grupo, e a necessidade de ser devidamente valorizado

por esse grupo. Tais necessidades formam a tríade de que fala Mailhiot (1976), quando se refere aos estudos de Schutz, a necessidade de inclusão, controle e afeição.

Ao discorrer sobre humanização no ambiente de trabalho – fazer parte de um grupo de trabalho, seja em empresas, escolas, instituições públicas ou privadas, faz parte do relacionamento interpessoal necessário à sociedade –, (Costa, 2002) aponta as relações interpessoais como um dos elementos que contribuem para a formação do relacionamento real em uma organização.

### **3.2 O estudo de finanças e controladoria**

Reconhecendo a importância de finanças e controladoria – pelos inúmeros benefícios trazidos pela transparência em seus processos –, muitas empresas têm focado nessa área pelos impactos de suas ações (Zuini, 2014). Além de segurança nas informações e suporte para tomada de decisões, controladoria e finanças – por estarem relacionadas – agregam eficiência, produtividade e redução de custos às organizações (ainda de acordo com Zuini).

De forma específica, a controladoria é uma área da Ciência Contábil, mas possui uma relação estreita com a administração (Caroline, 2019). Por conta disso, pode ser dividida em controladoria administrativa - atuando em prol do bom funcionamento da empresa como um todo - e controladoria contábil - se preocupando basicamente com as questões financeiras da firma Cavalcanti e Santana (2014).

Sendo baseado no processo de controle - com foco em eliminar toda e qualquer inconveniência durante a fase do projeto, de concepção e do uso do produto em sua vida útil -, o método usado na controladoria se baseia na premissa de padrões de qualidade estabelecidos, dando importância no planejamento e no orçamento disponíveis pela organização para os respectivos projetos (Neto & Rodrigues, 2017).

“Controladoria é otimizar os resultados da empresa por meio de um sistema de informações baseado num modelo de gestão”, (Junior, 1995). Ou seja, podemos inferir que tal sistema de informação é baseado no cruzamento de dados financeiros, contábeis, fiscais e estatísticos com o objetivo de traçar um planejamento bem definido voltado para a melhoria dos resultados da empresa. Vendo dessa forma, pode-se entender também que a controladoria acaba por prestar contribuições importantes ao progresso organizacional, o que, por sua vez, possibilita um tênue e essencial equilíbrio da organização mediando dificuldades que apareçam no ambiente operacional da instituição.

Quando se estuda especificamente acerca de Controladoria e finanças vê-se que, por sua vez, realizam um trabalho com funções além dos aspectos burocráticos, como cálculos, controles financeiros da organização, controle de custos operacionais, contratação de colaboradores, compra de materiais e outros serviços (Dallari, 1983). Sendo assim, podemos resumir os trabalhos em: desenvolvimento e sistematização de planos operacionais que estejam relacionados à missão da empresa; organização, análise e compreensão de dados coletados; atualização de custos gerenciais do projeto; e supervisão dos impostos. Pensando em mais aspectos, a controladoria pode realizar, segundo Dallari (1983), a organização de operações financeiras e contábeis, além do controle e do monitoramento das atividades, onde pode-se citar gerenciamento de custos; formação do preço de venda; elaboração de estratégias para captação de recursos; análise da produtividade e desempenho dos colaboradores; e fluxo de caixa.

Para tanto, o profissional necessita de amplos conhecimentos, para garantir a avaliação de indicadores gerenciais e um detalhamento claro das informações (Giardelli, 2013). De forma sucinta, a área de controladoria e finanças engloba a parte administrativa e financeira de uma empresa.

### **3.3 Democracia**

Muitos aspectos são citados na hora de escrever ou falar sobre gestão de negócios voltados para economia empresarial, com ênfase em finanças, mas um ponto importante que pode ficar fora dos tópicos abordados, é a democracia (Luck, 2017). O

ato de se poder ser gestor, construir um negócio próprio, investir, trabalhar e estudar, faz parte do nosso sistema capitalista e democrático, onde (Luck, 2017, pág. 09), “[...]o povo, em sua maioria opina sobre a forma que serão administradas ações praticadas pelo poder público, tem o poder de participação significativo”.

Levando isso para a esfera privada, vemos como muitas empresas, ao abrirem seus negócios para o povo, optam por uma gestão mais democrática, levando em conta a participação dos investidores, além de moldando de acordo com o mercado em questão, sempre atento ao caráter do consumidor (Caroline, 2019). Reformulando, pode-se dizer que a abertura de negócios é direito do povo, em favor do capitalismo e da democracia. Se omitir na hora de auxiliar na gestão democracia de certas instituições e empresas é impedir o sistema democrático de se estabelecer com firmeza.

Um aspecto interessante e grave, que é oportuno lembrar, é que um sistema político só é democrático quando as decisões são tomadas com liberdade e se respeita a vontade da maioria. Ora, quando muitos se negam a participar das decisões é inevitável que a tarefa de decidir fique nas mãos da minoria, ou seja, a omissão de muitos impede que se tenha um sistema democrático. (Dallari, 1983, p.24)

Uma das diversas vertentes de gestão onde vemos a gestão democrática e participativa é a da educação, base de todo conhecimento (Cavalcanti & Santana, 2014). O principal método de gestão participativa é o planejamento participativo, que se baseia em visões deliberadas do futuro, (Hora, 1994). Nota-se assim a importância do planejamento, não só em finanças, mas em todas as demais áreas que a rodeiam, a fim de um amplo conhecimento estratégico das necessidades das empresas e outros pontos essenciais na economia (Melo, 2016). Subentende-se que por meio de um bom planejamento financeiro, você pode analisar o desempenho anterior (se tiver um histórico), prever tendências econômicas e de negócios viáveis e evitar possíveis problemas e obstáculos.

Em Democracia e Educação (1979), John Dewey diz que a maioria dos seres humanos ainda não goza de liberdade econômica e suas ocupações são escolhidas pela premência das circunstâncias e não por suas aptidões ou desejos. Isso é aparente ainda neste século, onde falta a liberdade financeira para que os cidadãos possam exercer completa participação no mercado econômico.

### 3.4 Tipos de empresa

De acordo com Longenecker, Moore e Petty (1997), a definição e classificação de uma empresa conforme o seu porte pode variar muito, isto se dá devido a serem adotados diferentes padrões para esta análise e enquadramento, como faturamento, quantidade e funcionários etc. Assim podemos utilizar a classificação presente na legislação brasileira, com base nos portes das empresas, como Microempreendedor Individual (MEI); Microempresa (ME); Empresa de Pequeno Porte (EPP); Empresa de Médio Porte; e Grande Empresa.

O Microempreendedor Individual (MEI) é um porte empresarial exclusivo para empresas com faturamento anual de até R\$ 81 mil (Castro, 2020). Além da limitação em relação ao faturamento, uma microempresa possui outras limitações. Não pode ter sócios, contratação de apenas um funcionário e não pode exercer determinadas atividades (ainda sob a perspectiva do mesmo autor). O MEI foi criado pelo Governo para incentivar o empreendedorismo, permitindo que pequenos empreendedores que atuam de forma individual formalizem as suas atividades. Durante a pandemia gerada pelo novo coronavírus, quando a criatividade do cidadão foi necessária para a sobrevivência em meio ao mercado de trabalho em crise, foi visto muitos abrindo as próprias empresas baseadas nesse modelo, pois garante facilidade na abertura da empresa e valor reduzido dos impostos (Junior, 2022).

Longenecker et al., (2007) expõem que a maioria dos empregos e oportunidades geradas em uma economia em crescimento - caso do Brasil em seus “tempos comuns” -, são produzidos por pequenas empresas, sendo comprovado por estudos

como o estudo Participação das Micros e Pequenas Empresas da Economia Brasileira, (SEBRAE, 2014). O estudo diz que, com mais de 17 milhões de empresas ativas no Brasil, as MEPEs (Micro e pequenas empresas) somam mais de 15 milhões de empresas em atividades. Além disso, são responsáveis por grande parte dos empregos gerados no país e por quase 30% do PIB brasileiros anual (ainda segundo Sebrae).

A Microempresa (ME) foi criada pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei complementar 123, de 2006, onde são consideradas microempresas as organizações empresariais com faturamento anual de até R\$ 360 mil (Junior, 2022). Essas empresas recebem tratamento diferenciado, possuem maior facilidade na obtenção de crédito e podem optar pelo Simples Nacional – regime tributário onde todos os impostos são pagos em uma única guia.

A Empresa de Pequeno Porte também surgiu com base Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Lei complementar 123, de 2006, onde deve ter faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Essas empresas de pequeno porte também podem aderir ao Simples Nacional (Sebrae, 2014).

É necessário destacar que quando o assunto é a classificação, a legislação brasileira trata especificamente apenas das pequenas empresas (Neto & Rodrigues, 2017). Para classificar as médias e grandes empresas pode-se seguir as classificações utilizadas por órgãos como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), além da classificação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo a ANVISA, de acordo com o faturamento anual, podemos classificar uma empresa como empresa de grande porte entre 20 milhões e/ou superior a 50 milhões (com grupos específicos) e de médio porte, com faturamento entre 4,8 milhões e 20 milhões, enquanto empresas de porte superior a 360 mil e igual a 4,8 milhões são classificadas como empresas de pequeno porte e até 360 mil, microempresa. A classificação de porte empresarial BNDES segue um modelo semelhante, enquanto isso a classificação de porte empresarial pelo IBGE e SEBRAE leva em consideração mais os números de empregados, de acordo com serviço e indústria, com pequenas empresas de 20 à 99 empregados, média empresa de 50 à 499 e grande empresa de 100 à 500 ou mais empregados. Por fim, existem ainda empresas sem enquadramento, que não possuem um enquadramento definido (Sebrae, 2014). A Receita Federal considera como empresa sem enquadramento quando não permitem a sua classificação quanto ao porte ou que possuam um ou mais sócios do tipo pessoa jurídica, nesse caso, não se segue a classificação como pequena, média e grande empresa.

#### **4. Resultados e Discussão**

Quando se pensa em finanças nacionais, vem-se em mente a desigualdade, onde vemos produtos e recursos na mão de poucos. Apesar das finanças públicas do país estarem organizadas para projetos anualmente, sabe-se que isso não é feito com um planejamento real a fim de auxiliar o desenvolvimento da população. Em muitos casos, a dívida nacional é maior do que a economia pode suportar, o que resulta em dificuldades no mercado econômico brasileiro e inflação do mercado de trabalho e afins.

As finanças públicas possuem papel fundamental em toda sociedade, já que o Estado visa promover o bem estar social, realizando gastos públicos voltados para a necessidade do povo, para cumprir as suas funções (Hora, 1994). Para que isso realmente ocorra, a atividade financeira do estado implica no desempenho das atividades políticas, sociais, econômicas e administrativas, consistindo em obter, criar, gerir e despender os mais diversos meios para desenvolvimento da sociedade, econômica e socialmente (Castro, 2020).

Sendo assim, o conceito de finanças públicas, (Matias-Pereira, 2012, p.113), pode nos esclarecer melhor, quando diz:

As finanças públicas de um país (...) estão orientadas para a gestão das operações relacionadas com a receita, despesa, o orçamento e o crédito público. Preocupa-se, portanto, com a obtenção, distribuição, utilização e controle dos recursos financeiros do Estado. Registre-se que a arrecadação dos tributos decorre de uma manifestação do poder de império do Estado, impondo obrigações pecuniárias à, retirando-lhes parte da riqueza produzida, com vista a realizar a atividade financeira. A atividade financeira é desempenhada pela obtenção de receitas, pela administração do produto arrecadado e, ainda, pela realização de dispêndios e despesas.

É relevante mostrar o que Rezende (2001) nos traz em relação às situações expostas em cada época ou acontecimento, para fazer frente aos gastos públicos o Estado, “o fluxo de despesas tem que ser igual às receitas, caso contrário pode ocorrer um déficit (despesas maior que as receitas) ou superávit (receitas maiores que as despesas) (Rezende, 2001, pág. 19)”.

Muitas vezes temos casos em que a receita é menor que as despesas feitas, portanto, nesses casos, o Estado pode se financiar basicamente de três formas: aumentando as suas receitas por meio de impostos; emitindo títulos públicos que é ofertado aos particulares; ou emitindo moeda (Cavalcanti & Santana, 2014).

Apesar de serem tidas como soluções para aumento de receita, todas as formas causam impactos na sociedade, que, se forem mal administrados, causam graves prejuízos, como diminuição do poder de compra da população, causado pelo aumento dos impostos, o que levando a diminuição da atividade econômica do país, o que pode gerar a longo prazo desemprego e recessão; além disso, essas soluções para aumento de receita, como emissão de títulos, podem causar uma sensação de desconfiança da sociedade, fazendo com que o Estado tenha que aumentar os juros pagos; pôr fim, a emissão descuidada de moeda provoca um aumento da inflação, pois a moeda perde o seu valor real, o que prejudica toda a sociedade, principalmente os mais necessitados (Dallari, 1983). Vemos esse exemplo atualmente, onde várias economias crescem e o real do Brasil se mostra cada vez mais em baixo, com poucas flutuações positivas nas principais bolsas de valores (Zuini, 2014). Reformulando, quando as despesas são maiores que as receitas por muito tempo, o Estado perde poder de investir, retirando dinheiro da economia e causando diversos déficits.

Os déficits orçamentários, mesmo por breve prazo, não devem ser excessivos, pois se assim o forem podem dar a impressão de descontrole na situação financeira e os resultados poderão ser muito nocivos para a economia nacional”, (Hugh, 1972)

Como diz Matias-Pereira (2012, pág. 22), “o orçamento é instrumento essencial para os planejadores, pois precisam de recursos financeiros para colocar seus planos em prática”. Além de ser um instrumento de planejamento, apresentando um plano de financiamento com informações relevantes e essenciais a respeito da situação econômica e os investimentos possíveis e realizados. Diz, ainda, que:

O orçamento pode ser aceito como um acordo especial entre o estado e o contribuinte, sob a mediação do parlamento, visto tratar-se de um ato que materializa a origem e o montante dos recursos a serem efetuados, por meio de atividades e projetos, que permitem a obtenção de objetivos e o atingimento de metas. (Matias-Pereira, 2012, pág. 22)

Apesar disso, Affonso (apud Matias-Pereira, 2012, pág. 32) fala sobre a “incompatibilidade entre os planos nacionais e o orçamento público no país, aparecendo como uma consequência do caráter genérico de muitas das metas nacionais”. Para Matias-Pereira (2012, pág. 33) essa “desconexão é manifestada na incompatibilidade entre as classificações contábeis de receita e despesa, mas que devem ser corrigidas para viabilizar a ação do planejamento governamental”. Isso ocorre porque o orçamento é um instrumento utilizado para viabilizar a implementação de políticas governamentais (Zeidan, 2017). Olhando essa incompatibilidade, entende-se que não se pode deixar de ressaltar o foco na política fiscal, uma vez que esta é vista como a utilização dos orçamentos para atingir objetivos econômicos diversos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é oficialmente identificada como Lei Complementar nº 101, cuja finalidade é tida como impor controle de gastos públicos através do estabelecimento de normas para a gestão fiscal, exemplificando a

necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas, assim diz o artigo 1º, § 1º da LRF, 2000:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Essa responsabilidade é a imposição de um código de conduta para o exercício da gestão pública do país valendo para os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), das três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal). Sendo assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal veio dar fim ao excesso de gastos (Pasqualini et al., 2021). Onde todos os governantes precisam obedecer a normas e limites, a fim de administrar as finanças, prestando contas do quanto e como gastaram recursos (Bock et al., 2002). Como cada despesa necessita de uma receita, apesar das eventuais excedências causadas por imprevistos, não se deve gastar além da arrecadação e quando acontece dos gastos extrapolarem as receitas, temos déficit orçamentário (Castro, 2020).

Pode-se concluir que o equilíbrio das finanças públicas de um estado, principalmente em um país em constante desenvolvimento, promove maior crescimento econômico, melhorando a eficiência dos gastos públicos, investimentos e diminuindo pressões inflacionárias e a carga tributária.

## 5. Considerações Finais

Analisando a economia brasileira, levando em consideração a gestão de negócios com foco em finanças baseada no conceito capitalista, vemos que política e o processo orçamentário sofrem muitas alterações ao longo dos anos, de acordo com as medidas adotadas nessas esferas. Nota-se, portanto, a necessidade da ética em prol da democracia, implementada pela Constituição Vigente, no processo de consolidação da democracia. Levando esse contexto legal em consideração, pode-se dizer que atividades de planejamento e orçamento são um tipo de processo de alocação de recursos mediante definição do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual.

O profissional formado em áreas como controladoria e finanças, ou semelhantes da área administrativa, acaba ganhando importância no mercado de trabalho devido às mudanças recorrentes nessas áreas políticas e de planejamento, nas vertentes públicas e privadas. Sendo responsável por gerenciar ações e atividades financeiras, a fim de otimizar lucros e resultados do negócio em questão, a gestão de negócios está inserida na área de finanças e administração. Um profissional de Finanças e Controladoria é indicado para os negócios que pretendem evoluir no mercado, por ser uma função que otimiza resultados financeiros de uma empresa. O mercado nesta área exige um profissional que possua as informações inter-relacionadas das diversas áreas de conhecimento que englobam um negócio, além de conceitos norteadores acerca de planejamento financeiro. Em resumo, as empresas esperam qualificação necessária em diferentes aspectos organizacionais dos seus colaboradores, mostrando a necessidades de habilidades gerenciais.

Observando a relevância das áreas que envolvem finanças e controladoria, como contabilidade, gestão de custos, economia empresarial, auditoria interna, entre outros, entendemos então que a gestão de negócios com foco em finanças é ponto crucial para a economia e o capitalista, pois, como já citado, o entendimento do modo como a gestão acontece, permite o desenvolvimento estrutural da sociedade como um todo. Observando seu contexto histórico e social, além das atualidades da economia no país e no mundo.

Por fim, com a exploração desse tema foi possível perceber o quão difícil foi encontrar artigos científicos recentes sobre o mesmo, o que acaba não refletindo a importância do tema que nos parece atemporal uma vez que impeli que o profissional esteja sempre se atualizando sobre como atuar no mercado. Portanto, a fim de mostrar esse déficit de maneira objetiva sugere-se

que em um futuro próximo sejam feitas revisões sistemáticas do tema bem como, se possível, estudos empíricos que possam trazer o resultado referente ao que acontece quando seguimos o que a literatura nos indica como sendo o melhor posicionamento do profissional frente ao mundo das finanças.

## Referências

- Andrade, Mário César Rezende. (2021). O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia. *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(spe), 1-5. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e23310>
- Bock, A., M. B.; Furtado, O & Teixeira, M., L., T. (2002) *Uma introdução ao estudo de Psicologia* (13ª edição reformulada e ampliada, 3ª tiragem). Editora Saraiva. [https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/bock\\_psicologias-umaintroduc3a7c3a3o-p.pdf](https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/bock_psicologias-umaintroduc3a7c3a3o-p.pdf)
- Cancian, R. (2020) *Participação política-Participação política e cidadania*. Uol Educação. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/participacao-politica-participacao-politica-e-cidadania.htm>
- Caroline, C. (2019). *Controladoria e seu papel na atividade empresarial na percepção do controller*. Administradores.com. <https://administradores.com.br/artigos/controladoria-e-seu-papel-na-atividade-empresarial-na-percepcao-do-controller>
- Castro, E., S., de J. (2020). *Relacionamento interpessoal e ética profissional*. Núcleo de Pós-Graduação Faveni. <https://docplayer.com.br/88020704-Apostila-relacionamento-interpessoal-e-etica-profissional.html>
- Cavalcanti, E. M. L. S. & Santana, R., O., (2014). A importância das finanças públicas equilibradas para o desenvolvimento econômico de um país. *Revista Gestão Universitária, volume de novembro*. <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-importancia-das-financas-publicas-equilibradas-para-o-desenvolvimento-economico-de-um-pais#:~:text=Desse%20modo%2C%20um%20equil%3%ADbrio%20das,inflacion%3%A1rias%20e%20a%20carga%20tribut%3%A1ria.>
- Dallari, D. A. (1983). *O que é participação política*. Editora Brasiliense. [https://books.google.com.br/books/about/O\\_que\\_%C3%A9\\_participa%C3%A7%C3%A3o\\_pol%C3%ADtica.html?id=SeT9QgAACAAJ&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/O_que_%C3%A9_participa%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica.html?id=SeT9QgAACAAJ&redir_esc=y)
- Dewey, J. (1979) *Democracia e Educação: introdução à filosofia da educação*. [Título original: Democracy and Education]. Editora Nacional.
- Estratégia Corporativa, D. (2018) *Por que as relações humanas são fundamentais para as organizações?* SER. <https://www.sertms.com/blog/por-que-relacoes-humanas-sao-fundamentais-para-organizacaoes/>
- Giardelli, G. (2013). *Inovação e ética valorizam os profissionais mais buscados*. Exame. <https://exame.com/carreira/os-valores-profissionais/>
- Hora, D. L. (1994). *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva (Edição padrão)*. Editora Papirus.
- Junior, L. (2022). *As organizações pessoais nas organizações globais?* Administradores.com. <https://administradores.com.br/artigos/as-relacoes-interpessoais-nas-organizacaoes-globais>
- Longenecker, J. G.; (1997). *Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial*. Editora Pearson.
- Luck, H; Freitas, K., S., de; Girling, R. & Keith, S. (2005). *A escola participativa – O trabalho do gestor escolar* (10ª Ed.). Editora Vozes.
- Melo, D. (2016). *O segredo de empresas que proporcionam bem-estar no trabalho*. Exame. Consultado em 01/02/2022. <https://exame.com/negocios/o-segredo-de-empresas-que-proporcionam-bem-estar-no-trabalho/>
- Neto, A. B & Rodrigues, C., S. (2017). A importância da controladoria nas pequenas empresas. *Revista Migalhas*, 5, 01-16. <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/5/art20170511-04.pdf>
- Pasqualini, J., C.; Martins, F., R., & Euzébios, F., A. (2021). *A "Dinâmica de Grupo" de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica*. Estudos de Psicologia (Natal), 26(2), 161-173. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20210016>
- Perez, J. H (1995). *Controladoria de Gestão – Teoria e prática*. (3ª Edição). Editora Atlas.
- Reis, D. (2021) *Gestão escolar impulsionando aprendizado: o caso do Programa MMR*. Exame. <https://exame.com/colunistas/impacto-social/gestao-escolar-impulsionando-aprendizado-o-caso-do-programa-mmr/>
- Sebrae, D (2014). *Como fazer a gestão financeira do pequeno negócio*. Sebrae. <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-fazer-a-gestao-financeira-do-pequeno-negocio,d999a442d2e5a410VgnVCM1000003b74010aRCRD>
- Sousa, V. (2019). *A gestão na escola e sua democratização*. Administradores.com. <https://administradores.com.br/artigos/a-gestao-na-escola-e-sua-democratizacao>
- Zeidan, R. (2017). *O papel do governo no desenvolvimento econômico*. Administradores.com. Consultado em 29/01/2022. <https://administradores.com.br/noticias/opinia-o-papel-do-governo-no-desenvolvimento-economico>
- Zuini, D. (2014). *Pequenas empresas têm pior resultado desde 2009, diz Sebrae*. Exame. Consultado em 06/02/2022. <https://exame.com/pme/pequenas-empresas-tem-pior-resultado-desde-2009-diz-sebrae/>